

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° , DE 2020

(Do Sr. Deputado José Ricardo)

Solicito informações ao Exmo. Sr. Vice-presidente da República, referente aos critérios para a composição do recém-anunciado Conselho para Amazônia.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, §2º, da Constituição Federal, e nos artigos 15, XIII, e 115, I, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência, que seja encaminhado ao Exceletíssimo Senhor Vice-presidente da República, o presente Pedido de Informações referente aos critérios para a composição do no recém-anunciado Conselho para Amazônia.

Diate do exposto, soliticitamos as seguintes informações:

- a) Critérios para composição para o Conselho para a Amazônia;
- b) Participação das Comunidades locais, Indígenas, Instituições de Pesquisas e Universidades, bem como a composição do Conselho em relação da sociedade civil e poder público.
- c) Fucionamento e ações previstas para o Conselho;

JUSTIFICAÇÃO

Conforme a matérias veiculadas nos meios de comunicação nacional, o recém-anunciado Conselho da Amazônia é uma iniciativa do Governo Federal em resposta às críticas da atuação do executivo na área ambiental, principalmente, quanto á questão dos incendios na Amazonia.

Ainda no mês de janeiro do corrente ano, o Presidente Jair Bolsonaro, via Twiter anunciou o Conselho da Amazônia, a ser presidido pelo vice-presidente, o general Hamilton Mourão. O objetivo, disse, é “Coordenar as diversas ações em cada ministério voltadas para a proteção, defesa e desenvolvimento sustentável da Amazônia.”

Para o geógrafo Maurício Torres, da Universidade Federal do Pará (UFPA), a criação do conselho sob comando militar gera temores da volta das diretrizes da ditadura (1964-85), incluindo a construção de grandes obras com impactos socioambientais, como a rodovia Transamazônica, sob o lema nacionalista de “integrar para não entregar”.

Entendemos que o chamado Conselho da Amazônia deve representar não só uma resposta política, mas uma ação efetiva do governo federal quanto ao pouco cuidado e zelo por nossa soberania e real defesa da Amazônia.

Nossa preocupação quanto a esta iniciativa do governo federal de criação do Conselho da Amazônia é que segundo notícias veiculadas nos meios de comunicação, forças contrária a defesa do meio ambiente deverão ter prevalencia na composição do aludido conselho. Dessa forma, os ruralistas tendem assumir o protagonismo na sua condução.

Portanto, o Conselho da Amazônia não pode representar uma ameaça para a região, para os povos tradicionais, para a Ciênciça e Tecnologia, para os indígenas e para a biotecnologia. Dessa forma, a Resposta do governo de federal na questão ambiental não pode vir na forma de facilidades para madeireiros, para a mineração e para a pecuária.

Os constantes apelos da comunidade internacional, das ongs, e do conjunto de forças nacionais que defendem nossa soberania, defendem nossa Amazônia com desenvolvimento sustentável não podem ser silenciados para dar voz a outros atores que que se regulam pelas leis do mercado. A Composição do Conselho da Amazônia deve privilegiar, também, esse conjunto de forças sociais que hoje já tem essa pauta com central da atuação politica e social.

Diante do exposto, e em razão da relevância do assunto é que solicitamos as informações relatadas, na forma desse Requerimento de Informação.

Sala das Sessões, em 11 de fevereiro de 2020.

José Ricardo

Deputado Federal – PT/AM